

A importância da moradia estudantil como espaço de formação integral dos estudantes do ensino técnico na rede federal de educação profissional e tecnológica

The importance of student housing as a space for integral training of technical education students in the federal network of professional and technological education

Zilma Heloisa Azevedo Fernandes Bessas¹, Emerson de Sousa Costa²

RESUMO: O ingresso em uma instituição pública federal de ensino é um momento que agrega grande alegria não apenas ao aprovado, mas à família como um todo. Neste período, surgem muitas dúvidas, por exemplo, como e onde morar, já que a realidade para muitos estudantes é sair de casa e até mesmo ter que mudar-se de cidade. Uma opção para esse público, em algumas instituições federais de ensino, são as Moradias Estudantis - ME. Partindo desse pressuposto, o objetivo geral deste trabalho é apresentar o resultado de uma revisão bibliográfica voltada a analisar os trabalhos existentes com a temática de investigação sobre os limites e as potencialidades educacionais desenvolvidas nos estudantes residentes nessas ME. E a partir desta pesquisa, relacionar o tema estudado como espaço de formação integral dos estudantes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do Instituto Federal de Minas Gerais - IFMG campus Bambuí. A metodologia a ser utilizada será qualitativa e constituirá em uma pesquisa de investigação bibliográfica e documental, exploratória e descritiva, que tem como objetivo proporcionar maior familiaridade ao tema, com vistas a torná-lo mais explícito. Assim, este trabalho visa apresentar como a vivência na ME contribui na formação integral dos estudantes, contemplando sua formação humana e cidadã e avaliar a importância da moradia além de sua função essencial nos programas de assistência estudantil. O trabalho também se propõe a ressaltar além de demonstrar a necessidade e relevância da implantação de ME em instituições de educação profissional e tecnológica que ainda não possuem, reconhecendo assim suas potencialidades. Como conclusão, verifica-se a escassez de pesquisas que versam sobre o tema das ME e percebe-se que a vivência dos estudantes nestas moradias corrobora no desenvolvimento de sua identidade, fortalecendo a empatia para viver e conviver em sociedade, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades emocionais propícias a entender e enfrentar diversos tipos de preconceito.

PALAVRAS-CHAVE: Moradia Estudantil; Formação Integral; Educação Profissional e Tecnológica.

ABSTRACT: Entering a federal public educational institution is a moment that brings great joy not only to the candidate, but to the family as a whole. During this period, many doubts arise, for

¹ Instituto Federal Minas Gerais – IFMG/ Campus Bambuí-MG. Servidora pública/ Técnico Administrativo em Educação. Mestranda no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Campus Divinópolis. E-mail: zilma.heloisa@ifmg.edu.br.

² Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG. Professor Titular no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Campus Divinópolis. Orcid: <https://orcid.org/00000003-1455-7195>. E-mail: emerson@cefetmg.br.

example, how and where to live, since the reality for many students is leaving home and even having to move to another city. An option for this audience, in some federal educational institutions, is Student Housing - SH. Based on this assumption, the general objective of this work is to present the result of a bibliographical review aimed at analyzing existing work with the theme of research on the limits and educational potential developed in students residing in these SH. And from this research, relate the topic studied as a space for the integral training of students in technical courses integrated into high school at the Federal Institute of Minas Gerais - FIMG campus Bambuí. The methodology to be used will be qualitative and will consist of bibliographical and documentary research, exploratory and descriptive, which aims to provide greater familiarity with the topic, with a view to making it more explicit. Thus, this work aims to present how living in SH contributes to the integral education of students, considering their human and civic development and evaluating the importance of housing in addition to its essential function in student assistance programs. The work also aims to highlight, in addition to demonstrating, the need and relevance of implementing SH in professional and technological education institutions that do not yet have it, thus recognizing its potential. As a conclusion of the research, there is a lack of research that deals with the topic of SH and it is clear that the students' experience in these homes contributes to the development of their identity, strengthening empathy to live and co-exist in society, contributing to the development of emotional skills capable of understanding and confronting different types of prejudice.

KEYWORDS: Student Housing; Comprehensive Training; Professional and Technological Education.

INTRODUÇÃO

A seleção para realizar um curso em uma instituição de ensino pública federal é bastante concorrida e conseguir a aprovação no processo seletivo não é uma meta fácil de ser atingida, requerendo dos estudantes tempo e dedicação aos estudos. Os candidatos que conseguem ser aprovados e ingressam em uma instituição pública federal de ensino se sentem muito felizes, bem como toda sua família. No período inicial da matrícula dos estudantes, surgem muitas dúvidas, como por exemplo: Como ir para a instituição? Onde morar? Morar sozinho ou em uma república?; dentre muitas outras.

A realidade de muitos estudantes da rede federal de ensino é ter que sair de casa, quando moram em outras cidades, tendo que assumir novas responsabilidades. Algumas instituições federais de ensino oferecem vagas em Moradias Estudantis – ME, para estudantes comprovadamente hipossuficientes.

Nesse sentido, o objetivo geral desse trabalho é investigar os limites e as potencialidades educacionais, precipuamente no que tange ao desenvolvimento integral dos residentes nas ME e a importância destas enquanto espaço de formação integral dos estudantes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do Instituto Federal de Minas Gerais campus Bambuí - IFMG.

A obtenção dos dados, no desenvolvimento da pesquisa, foi realizada a partir de uma revisão bibliográfica acerca do tema citado, com o intuito de fomentar o embasamento teórico e angariar argumentos que amparem as observações sobre a ME do IFMG campus Bambuí, na medida em que, no seu decorrer identificar-se-á o desenvolvimento e as contribuições das ações e políticas afirmativas existentes no Brasil, suas contribuições e aplicações na Rede Federal de Ensino, principalmente a partir da constituição das ME nestas instituições.

METODOLOGIA

O procedimento metodológico adotado na construção desse artigo, foi qualitativo conforme já citado, se desenvolvendo através de uma análise documental e uma pesquisa bibliográfica.

A pesquisa qualitativa se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado, isto é, ela trabalha com o universo de significados, de motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes (Minayo, 2014). Logo, essa forma de abordagem se opõe a ideia de um único método científico válido e preocupa-se com a compreensão aprofundada de determinado fenômeno, em seu contexto original, envolvendo a exploração, descrição e explicação sobre o seu objeto de investigação (Gerhardt; Silveira, 2009).

Gerhardt; Silveira (2009, p.38) demonstram com clareza que a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites.

Um trabalho científico deve iniciar-se com uma pesquisa bibliográfica, para que o pesquisador possa conhecer o que já foi estudado sobre o assunto que é o seu interesse de pesquisa. Após a revisão bibliográfica sobre o tema, o pesquisador terá subsídios para decidir como seguir com seu trabalho, podendo optar por seguir formas de pesquisa já utilizadas ou explorar novas maneiras de realizar a sua pesquisa. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta.

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, dentre outros.

O levantamento bibliográfico e a análise documental acerca da Educação Profissional e Tecnológica do IFMG campus Bambuí, de ações afirmativas e principalmente das ME foi utilizado sobretudo como estratégia para uma descrição e caracterização da instituição e a partir da análise dos dados obtidos, a elaboração desse artigo.

O Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI da instituição, por sua vez, colaborou na análise da missão, da visão e das concepções de educação do IFMG campus Bambuí, onde é destacado que deve haver um rompimento entre teoria e prática, em um processo no qual as funções intelectivas e instrumentais sejam postas em favor de uma educação integral, capaz de auxiliar o desenvolvimento humano, orientado pelos princípios da justiça social, da ética, da solidariedade, da equidade, da preservação ambiental, da democracia, da autonomia, do respeito às diferenças, da transparência e da probidade na gestão pública.

Dentro dessa mesma ótica, o PDI cita que a formação do sujeito deve ser concebida como omnilateral, que é aquela capaz de possibilitar o crescimento integral do ser humano, em uma articulação constante entre ensino, pesquisa e extensão; conhecimento geral e conhecimento específico; formação técnica e tecnológica, com o desenvolvimento da capacidade crítica.

Outros documentos como o Regulamento da ME do IFMG campus Bambuí também contribuíram na contextualização dos locais de pesquisa, principalmente do ponto de vista da regulação e do funcionamento.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para a realização desta investigação, foram consultados diversos trabalhos relacionados ao tema da pesquisa, dentre os quais pode-se citar: regulamentos, normas, dissertações de mestrado e produtos educacionais advindos de mestrados acadêmicos e profissionais. Um dos programas profissionais consultados foi o Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT, onde buscou-se a pesquisa sobre trabalhos que versam sobre o tema. No site do mestrado ProfEPT (<https://profepit.ifes.edu.br/>), existe uma área específica para cadastro e pesquisa de dissertações e produtos educacionais desenvolvidos através desse programa, sendo responsável por armazenar os trabalhos produzidos pelos mestrados participantes das 40 instituições pertencentes a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, sendo 38 Institutos Federais - IF, o CEFET Minas Gerais e o Colégio Pedro II.

Para o desenvolvimento do artigo foi então realizada uma pesquisa com o intuito de encontrar e identificar trabalhos relacionados ao estudo em foco, priorizando aqueles realizados nos últimos cinco anos e como forma de garantir maior abrangência na consulta, foram utilizados dois

termos para a busca, sendo eles: “Moradia Estudantil” e “Moradia e formação integral”, obtendo como resposta o seguinte quadro:

Quadro 1 – Moradia Estudantil na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

ANO	DISSERTAÇÃO
2019	
2020	O PAPEL DA MORADIA ESTUDANTIL NA EDIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE - IFC: LIMITES E POTENCIALIDADES
2021	
2022	
2023	MORADIA ESTUDANTIL IFFAR - CAMPUS SVS: MEMÓRIAS E CONTRIBUIÇÃO NA FORMAÇÃO INTEGRAL DOS ESTUDANTES

Fonte: <https://profep.ifes.edu.br>, 2024.

Pode-se verificar, a partir dos dados exibidos no Quadro 1, que o tema em questão, relacionado a instituições pertencentes a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, ainda se apresenta pouco explorado. Logo, este artigo foi desenvolvido no intuito de trazer uma melhor compreensão sobre a importância da implantação de ME através de políticas afirmativas e de permanência, que garantam o ingresso de estudantes em condições de vulnerabilidade econômica e social, nas instituições de ensino.

AÇÕES AFIRMATIVAS

As ações afirmativas são medidas voltadas para favorecer os grupos que sofrem discriminação e englobam a promoção dos direitos civis, a emancipação material e a valorização de patrimônio cultural, mas diferenciam-se das ações não discriminatórias, pois estas são dispositivos para punir pedagogicamente, coibir atos de discriminação e para sensibilizar e educar em relação ao tema. Por isso, elas desempenham importante papel no combate à desigualdade social, permitindo a pessoas das mais diversas origens alcançarem espaços de relevante influência, sejam no âmbito social, educacional, político ou econômico. Assegurando assim, a efetivação de direitos amparados pela Constituição Federal Brasileira.

Essas ações beneficiam tanto os indivíduos que alcançam novos espaços através do acesso às mesmas, quanto as instituições e a sociedade como um todo, que saem fortalecidas desse processo de inclusão.

As demandas populares, das populações com vulnerabilidade social e econômica, bem como das populações excluídas dos processos decisórios, econômicos, sociais e culturais são legítimas e precisam ser factíveis, necessitando serem observadas e compreendidas com seriedade. Nesse sentido, permitir que pessoas com origens e vivências distintas participem da construção do conhecimento acadêmico, da formulação e efetivação das leis, das funções do Estado, das diversas posições hierárquicas no mercado de trabalho, significa construir o caminho para que o perfil demográfico da sociedade seja representado em todas as suas atividades produtivas e decisórias, propiciando que essas ações sejam consideradas legítimas perante toda a população.

No dia 20 de novembro de 2023, foi promulgado o decreto nº 11.785, que institui o Programa Federal de Ações Afirmativas - PFAA, no âmbito da administração pública federal direta, com a finalidade de promover direitos e a equiparação de oportunidades por meio de ações afirmativas destinadas às populações negra, quilombola e indígena, às pessoas com deficiência e às mulheres, consideradas as suas especificidades e diversidades. Com o decreto, diversas modalidades de ações afirmativas podem ser adotadas nas políticas públicas em favor dos grupos sociais historicamente discriminados.

É necessário ressaltar a importância de ações afirmativas que garantam a permanência dos estudantes do ensino técnico na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, permitindo que todas as pessoas tenham acesso a uma educação de excelência. Após feita uma revisão bibliográfica acerca desse assunto é possível conceituar as ações afirmativas como os mecanismos de promoção de justiça social, através de políticas públicas focalizadas, que buscam diminuir desigualdades, sejam elas, políticas, econômicas ou sociais. Estas ações são necessárias quando a diferença de oportunidades na sociedade advém de suas características culturais, biológicas ou de injustiças históricas, por exemplo, as questões de gênero, comuns em sociedades que sofreram processos de colonização escravocrata, o ensino público voltado para as elites, dentre outras.

A base das ações afirmativas é a promoção da igualdade de acesso a oportunidades para todos os indivíduos, uma vez que se ratificam pelo princípio da isonomia, onde propõem-se o tratamento desigual aos desiguais para a construção de uma distribuição equitativa de bens e oportunidades. Assim, as ações afirmativas servem como um importante mecanismo para a ampliação da mobilidade e inclusão social, pois permitem, ainda que de forma reduzida, que os caminhos percorridos por indivíduos de determinados grupos sejam frutos de sua escolha, e não de

suas circunstâncias. É necessário que todos tenham garantias de acesso e permanência em instituições públicas de ensino, podendo assim, terem oportunidades de receber uma instrução de excelência, não importando sua origem social ou situação econômica.

Essa pluralidade e interconexão entre pessoas de grupos diversos, participando de várias instituições, organizações ou associações, com suas visões de mundo diversas, geram um debate público comum e coletivo que é deveras saudável à sociedade. A exclusão de determinados grupos, além da nociva desigualdade socioeconômica, gera conflitos, violência, radicalismos, impedindo a combinação de consensos mínimos que nos constroem enquanto sociedade, tais como os direitos civis básicos, a democracia, a cidadania e a própria ciência.

No foco desse estudo, as políticas de ações afirmativas visam contribuir para que aqueles alunos mais vulneráveis e hipossuficientes, isto é, que possuem vulnerabilidade econômica, social e que apresentam maiores possibilidades de desistência dos cursos, possam dar continuidade aos seus estudos de forma efetiva, competente e adequada, prolongando o tempo de ser inserido no mundo do trabalho e podendo, assim, envolver com seus estudos mais intensamente, elevando a possibilidade de obterem um maior e melhor aproveitamento.

O Estado por sua vez, no exercício de sua autonomia política e no âmbito de sua competência administrativa e financeira, deve buscar mecanismos para atender as demandas sociais, que são inúmeras (Brasil, 2009). Dentre elas, está a educação.

A Constituição federal brasileira (Brasil, 1988) discorre sobre o assunto da seguinte forma:

“Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. ”

Assim, percebe-se que a educação é tida como uma das esferas que objetiva o desenvolvimento integral dos sujeitos em um ambiente no qual todos possam ter suas necessidades atendidas e, neste trabalho, o foco é a educação ofertada na Rede Federal de ensino, que é formal, pensada e desenvolvida com o objetivo de proporcionar ao sujeito o acesso aos diversos saberes, no qual o conhecimento teórico e prático se unem para a formação integral do discente, tanto como profissional quanto como cidadão.

Os preceitos constitucionais também asseguram aos povos indígenas o respeito à sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições. É firmado, no caput do artigo 231 da Constituição, aos indígenas no Brasil, o direito à diferença, ou seja, de serem índios e de permanecerem como tal indefinidamente.

Em 2007, o Governo Federal instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que reconhece formalmente as especificidades desses grupos e garante seus direitos territoriais e socioeconômicos e a valorização de sua cultura. Como outro exemplo de ação afirmativa, também consagrado pela Constituição federal brasileira de 1988, pode-se citar a reserva de vagas para inclusão de pessoas com deficiência nos diversos setores do serviço público federal, reafirmado no Programa Federal de Ações Afirmativas - PFAA.

Logo, o presente artigo direciona-se no sentido de corroborar no entendimento sobre as políticas de ações afirmativas, através da valorização das ME, ressaltando sua importância para a permanência e formação integral dos estudantes do ensino técnico na Rede Federal.

MORADIAS ESTUDANTIS

No Brasil, grande parte das universidades públicas possui ME gratuita ou subsidiada. Normalmente elas são destinadas a alunos hipossuficientes, isto é, alunos que não possuem recursos para se sustentar e arcar com suas responsabilidades financeiras e que moram fora da cidade onde irão desenvolver seus estudos. Todavia nem sempre o número de vagas é suficiente para abarcar todos que realmente necessitam deste benefício.

O Programa de Moradia Estudantil está inserido dentro do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, regulamentado pelo Decreto nº 7.234 /2010, que possui objetivo específico ao atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação das instituições federais de ensino superior, com atendimento prioritário aos estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio.

As regras para ingresso e permanência não são imperativas para todas as instituições, mas na maioria dos casos, os estudantes beneficiados têm que apresentar bom desempenho escolar para continuar com o benefício até a finalização do curso em que se matricularam.

A jornalista e editora Denise Chiarato em seu texto: “Conheça faculdades públicas com moradia gratuita ou subsidiada”, disponível em: - <https://veja.abril.com.br/brasil/> - discorre sobre algumas das instituições públicas de ensino que possuem ME para os estudantes, sendo elas:

“USP (Universidade de São Paulo) - A maior universidade pública do país, com 63.611 alunos, dispõe de 1.187 vagas para alunos de graduação e 378 para alunos de pós-graduação nos seu principal campi, no Butantã, na capital paulista. Os apartamentos do CRUSP (Conjunto residencial da USP) possuem quartos individuais, banheiro e área comum e as cozinhas são comunitárias. Podem se

inscrever alunos que estejam cursando a primeira graduação e que possuam renda per capita de até três salários mínimos. A instituição também garante auxílio moradia, no valor de R\$ 400, com duração máxima de 12 meses.

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - *A Federal do Rio de Janeiro tem 39.887 alunos e dispõe de alojamento para estudantes, no campi da Cidade Universitária, com 504 vagas. São dois blocos, feminino e masculino, com 252 vagas cada. De acordo com o site da UFRJ, a prioridade é atender os alunos mais carentes e que morem distantes da universidade. Além disso, o aluno tem direito a uma bolsa para manutenção.*

Universidade Federal do Ceará (UFC) - *O Programa de Residência Universitária assegura moradia a estudantes de baixa renda do interior do Ceará e de outros Estados. São 256 vagas distribuídas em 14 alojamentos, sendo nove masculinos, quatro femininos e um misto. Os alunos selecionados podem ficar no local até um semestre após a conclusão do curso. Cada alojamento, segundo a instituição, possui regras próprias e tem um diretor, eleito pelos próprios moradores. A UFC tem 23.253 alunos.*

Universidade de Campinas (Unicamp) - *Com 16.675 alunos, a Unicamp tem um programa de moradia direcionado, principalmente, a quem mora fora da Região Metropolitana de Campinas (RCM) e de baixa renda. São 900 vagas, distribuídas em unidades de sala e quarto com quatro vagas. Segundo a Unicamp, cabe ao aluno definir qual casa irá morar.*

Faculdade de Odontologia da USP (FOB) - *No campi de Bauru, os alunos da FOB contam com dois blocos de alojamentos, num total de 24 quartos, abrigando 72 estudantes. A seleção de candidatos é feita pela Comissão Administrativa do Conjunto Residencial estudantil e o principal critério para a concessão do benefício é a situação socioeconômica dos alunos.*

Universidade Federal de Goiás (UFG) - *Com mais de 22 mil alunos, a Universidade Federal de Goiás oferece as chamadas Casas de Estudantes Universitários, os CEUS, no total de 314 vagas, distribuídas em quatro campi. A prioridade é atender aos alunos que estejam cursando a primeira graduação, de baixa renda e que morem no interior ou em outros Estados.*

Universidade Estadual de Londrina (UEL) - *Uma das universidades estaduais mais importantes do país, a UEL disponibiliza 82 vagas de moradia gratuita para estudantes da graduação de baixa renda e que morem em locais que não tenham*

acesso a linhas de ônibus da região metropolitana da cidade ou com horários incompatíveis com o do curso. São 21 residências, sendo duas adaptadas para atender estudantes com deficiência física, promovendo acessibilidade a estes. Segundo a instituição, a moradia inclui sala de informática e segurança 24 horas.

Universidade Federal do Pará (UFPA) - *Para obter o benefício, o aluno tem de morar fora da cidade onde vai estudar e sua renda per capita não pode ultrapassar o valor de um salário mínimo e meio. São apenas 56 vagas de moradia gratuita, sendo que, no campus de Belém, só há alojamentos para mulheres _22 vagas. Nos campi de Castanhal (12 vagas) e de Tucuruí (22), há vagas para homens e mulheres.*

Universidade do Estado de Santa Catarina - *A instituição não possui moradias estudantis, mas concede auxílios-moradia no valor de R\$ 250. Em alguns casos, o aluno ainda pode obter o auxílio-alimentação, no valor de R\$ 200. Para obter o benefício, sua renda tem de ser inferior a um salário mínimo e meio e ele não pode morar na mesma cidade em que estuda.*

Universidade Federal da Grande Dourados - *A instituição do Mato Grosso do Sul oferece 96 vagas de moradia gratuita, sendo seis para estudantes estrangeiros, distribuídas em 16 apartamentos. Só tem direito a recorrer ao benefício alunos com renda de até um salário mínimo e meio e que morem fora de Dourados. Além disso, o estudante tem de cumprir carga horária mínima de 432 horas no semestre para os cursos integrais de graduação.*

Universidade Federal Fluminense - *Para obter o benefício da moradia estudantil na Federal Fluminense, o aluno tem de ser carente e morar a, no mínimo, 32 km de distância da unidade onde estuda. A moradia do campus de Rio das Ostras possui capacidade para 48 estudantes, sendo oito para os com algum tipo de mobilidade. Já a unidade de Niterói dispõe 314 vagas, sendo 66 com acessibilidade. Além da análise do cadastro socioeconômico, a seleção inclui entrevistas, visitas domiciliares e exame médico.*

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) - *Com campus espalhado por 22 municípios no Estado de São Paulo, a Unesp disponibiliza 1.240 vagas de moradia estudantil. O principal critério para assegurar o benefício é a renda, que não pode ultrapassar um salário mínimo e meio. Mas o candidato ainda tem de passar por uma entrevista com assistente social, que irá avaliar outros aspectos como a distância da residência do aluno.*

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) - É uma das instituições com maior número de vagas de moradia estudantil por número de alunos: 1.805 acomodações para cerca de 18 mil estudantes. Mesmo assim, a procura é grande e o site da universidade gaúcha informa que a espera para obter uma vaga é de seis meses. Quanto mais carente e mais distante da unidade escolhida, são cinco campi no Estado, mais chances têm de ser escolhido. Segundo a universidade, o beneficiado precisa levar colchão, além de roupas de cama e material de higiene.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - Considerada a melhor universidade do Nordeste, a Federal da Bahia tem quatro conjuntos de residências universitárias que acomodam 420 estudantes de baixa renda e que moram em cidades do interior ou de outros Estados. Além da moradia, os beneficiados têm ainda refeições gratuitas e fornecimento de água, gás e energia elétrica. Todas as residências ficam em Salvador, nos arredores da universidade.

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - São 632 vagas de moradia estudantil no principal campi da universidade, em Belo Horizonte. Vão desde apartamentos com seis quartos a quitinetes com quatro vagas cada, além de 12 quartos adaptados a pessoas com necessidades especiais. Já no campus de Montes Claros, são 108 vagas. Em alguns casos, os estudantes têm de pagar uma parcela na taxa de condomínio. ”

Além da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, outras instituições que oferecem ME em Minas Gerais incluem a Universidade Federal de Viçosa – UFV que é referência entre as instituições federais de ensino superior na área de Assistência Estudantil, oferecendo bolsas para estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, serviços de alimentação, moradia, saúde, e atividades de esporte e lazer em seus três campi universitários (Viçosa, Florestal e Rio Paranaíba) de acordo com informações disponíveis na página da Instituição; também, a Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, a Universidade Federal de São João Del-Rei – UFSJ e a Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL, entre outras. Dentre os diversos Institutos Federais em todo o Brasil, que oferecem ME ou auxílio moradia para os estudantes, em Minas Gerais destacamos o Instituto Federal de Minas Gerais - IFMG e o Instituto Federal do Sul de Minas Gerais - IFSULDEMINAS.

A IMPORTÂNCIA DA MORADIA ESTUDANTIL NA FORMAÇÃO INTEGRAL DOS ESTUDANTES

Para que possamos compreender o papel da ME na formação integral dos estudantes faz-se necessário breves esclarecimentos sobre o que é a formação integral. Ciavatta (2014, p.190) discorre sobre o assunto nos mostrando que: “Sua origem remota está na educação socialista que pretendia ser omnilateral no sentido de formar o ser humano na sua integralidade física, mental, cultural, política e científico-tecnológica. Foi aí que se originou o grande sonho de uma formação completa para todos”.

Desse modo, o ensinar não deve se focar apenas no saber intelectual e doutrinário, mas deve buscar desenvolver o estudante em todas as suas dimensões formativas, o que proporcionará um aprendizado com mais completude. E é a partir dessa perspectiva, que podemos concluir o quanto a Educação Profissional e Tecnológica se mostra favorável no que tange ao tema. Inclusive, existe em nossa Base Nacional Comum Curricular - BNCC, uma nota afirmando que, na história educacional brasileira, as primeiras referências à educação integral aparecem no Brasil em 1932, no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e em outras correntes políticas da época, mesmo que de forma abstrata, pois à época não se conseguiu chegar a um entendimento comum acerca dessas referências sobre a educação/formação integral.

Sendo importante explicar que neste artigo, o termo “formação integral”, não está sendo utilizado em referência à educação em tempo integral, ainda que ambas estejam interligadas, mas sim, àquela demonstrada por Pestana (2014, p.37) que aponta a educação para a formação integral do indivíduo, segundo a perspectiva sócio histórica que valoriza além da evolução intelectual, as diversas dimensões constitutivas do ser humano, dentre elas: a dimensão cultural que está intimamente ligada ao respeito de diferentes perspectivas de vida, costumes sociais e às mais diversas questões indenitárias; a dimensão afetiva/emocional relativa ao desenvolvimento das capacidades de autoconhecimento, autoconfiança e capacidades de realização através da própria interação no ambiente; a dimensão física que fomenta o autoconhecimento do corpo, desenvolvendo e potencializando o autocuidado, a atenção à saúde e a prática de atividades físicas e motoras e por derradeiro e não menos importante a dimensão social que corrobora na aquisição de conhecimentos acerca de nossos direitos e deveres. Formando pessoas preparadas para o exercício da cidadania e à participação efetiva na sociedade em que estão inseridas.

Sendo assim, torna-se mais claro o entendimento do quanto a ME se faz importante como espaço de formação integral dos estudantes do ensino técnico na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Tendo em vista que, de acordo com o Regulamento da ME do IFMG campus Bambuí (Instrução Normativa nº 9 de 13 de dezembro de 2021) dentre as suas finalidades, destacam-se as seguintes: minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais; favorecer a permanência e o êxito dos estudantes no Instituto até a conclusão do respectivo curso; diminuir a

evasão e o desempenho acadêmico insatisfatório decorrentes de razões socioeconômicas; reduzir o tempo médio de permanência dos estudantes entre o ingresso e a conclusão do curso; contribuir para a inclusão social pela educação; auxiliar a diretoria respectiva na inserção dos alunos em atividades culturais e esportivas como complemento de suas atividades acadêmicas.

As autoras Garrido e Mercuri (2013) por sua vez, buscaram em sua obra, “A moradia estudantil universitária como tema na produção científica nacional” traçar uma revisão da literatura brasileira no intuito de identificar as contribuições da vivência em ME na formação dos estudantes. Dentre a literatura analisada pelas autoras, os resultados indicaram que os alunos que passaram por essa experiência demonstraram ganhos em competência interpessoal, competência prática, conhecimentos e habilidades acadêmicas, aumento da complexidade cognitiva e do humanitarismo.

Garrido e Mercuri (2013) também identificaram que o número de alterações, mudanças ou consequências pessoais percebidas pelos estudantes como associadas à participação em atividades não obrigatórias é bastante extensa, ocorrendo de forma acentuada nos seguintes aspectos do desenvolvimento: altruísmo, autoconfiança, aplicação de conhecimentos, autonomia, noção de propósito, raciocínio reflexivo, competência social, competência vocacional e aquisição de conhecimento.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA MORADIA ESTUDANTIL DO IFMG CAMPUS BAMBUÍ

O Instituto Federal de Minas Gerais campus Bambuí, de acordo com o histórico IFMG 2023, disponível no site do campus (<https://www.bambui.ifmg.edu.br/portal/a-instituicao>) oferece, há mais de 40 anos, um auxílio diferenciado a seus alunos: A Moradia Estudantil - ME. Ela não consiste apenas em um alojamento, mas faz referência a um ambiente que estimula nos alunos a responsabilidade, convivência, reflexão, respeito e consideração pelo bem público, além de permitir aos mesmos a permanência e continuidade dos estudos.

Ainda de acordo com as informações da página - <https://www.bambui.ifmg.edu.br/portal/ainstituicao> - a ME no IFMG campus Bambuí, tem um objetivo bem mais amplo do que um simples abrigo para estudantes, pois ela possibilita aos alunos residentes as melhores condições possíveis de estadia, a fim de complementar as atividades letivas dos cursos que frequentam, o que configura importante instrumento de auxílio à permanência de estudantes na escola e apoio socioeconômico às famílias envolvidas. Nela, o aluno encontra uma extensão de sua casa, recebendo orientação, apoio e acompanhamento diário nas mais diversas situações.

O acesso a ME, quando há disponibilidade de vagas, se dá mediante a análise socioeconômica do estudante inscrito e deferido em um processo seletivo regido por edital próprio, divulgado também no site do campus, no qual são disponibilizadas todas as informações e instruções necessárias. A inscrição é feita via Sistema de Seleção da Assistência Estudantil – SSAE, onde são anexados os documentos exigidos no edital de seleção.

A ME está vinculada à Coordenadoria de Assuntos Estudantis - CAE do IFMG campus Bambuí, que por sua vez procura propiciar, por intermédio dos benefícios e serviços que são concedidos aos estudantes, principalmente àqueles que apresentam vulnerabilidade socioeconômica, condições igualitárias de permanência no ensino, assim como mecanismos que possibilitem e/ou promovam seu melhor desenvolvimento acadêmico e humano.

O IFMG campus Bambuí oferece, por meio da CAE, serviços de alimentação, por intermédio do restaurante universitário, orientação nutricional, assistência social, atendimentos psicológico, odontológico, médico e de primeiros socorros.

Na ME são atualmente ofertadas 248 vagas, das quais 80 são reservadas a estudantes do sexo feminino. Os estudantes residentes no campus são atendidos no restaurante com quatro refeições gratuitas ao dia e, podem utilizar também o serviço de lavanderia da instituição.

No modelo do período de criação e implantação da ME na instituição escolar, usava-se o termo internato agrícola, onde havia uma rotina coletiva e a produção agrícola, que servia para o consumo interno, fruto dessa coletividade também. Atualmente não se é mais usado o termo internato por tratar-se de um local que apresenta um objetivo bem mais amplo do que um simples abrigo para estudantes.

Todavia, os moradores se deparam em seu cotidiano com contratempos em vários âmbitos. Tais como, problemas de infraestrutura e outros relativos a deficiências de verbas para melhor investir na parte física dos dormitórios. A ausência de privacidade é outra constante entre os residentes, o que colabora para o desenvolvimento de sofrimentos psicológicos como a ansiedade, depressão e outros distúrbios psíquicos.

Nesse tipo de ambiente, as relações interpessoais são vivenciadas de forma potencializada pela convivência contínua, necessitando tão logo, de regras preestabelecidas. As regras para permanência na ME do IFMG campus Bambuí, hodiernamente, além daquelas já especificadas na lei geral de assistência estudantil (Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010), estão também dispostas no Regulamento da Moradia Estudantil (Instrução Normativa nº 9 de 13 de dezembro de 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que se tenha percebido através do presente estudo que pesquisas sobre ME e seus moradores são bastante escassas foi possível encontrar alguns autores que realizaram pesquisas interessadas em compreender melhor o tema nos últimos anos, principalmente em relação à importância da ME como uma das ações de assistência ao estudante para garantir a permanência dos alunos nas instituições de ensino.

Assim, a partir dos dados obtidos nas pesquisas bibliográficas que foram realizadas, percebe-se também que a vivência dos estudantes em ME corrobora no desenvolvimento da identidade e desenvolve em seus residentes a empatia para viver e conviver em sociedade, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades emocionais propícias a entender e enfrentar diversos tipos de preconceito.

No IFMG campus Bambuí não seria diferente, uma vez que também oferece a ME de modo a possibilitar a permanência na instituição escolar aos estudantes que moram em outras regiões do país. Sendo que de acordo com as informações disponíveis na página da Instituição, rotineiramente são promovidas nesta ME as seguintes ações: atendimento individual às demandas do aluno; seleção de monitores, visando uma melhor integração entre alunos/alunos e alunos/Instituição; acompanhamento permanente pelos Assistentes de Aluno; palestras e cursos visando à formação integral do aluno; participação e representação no Conselho de Orientação Disciplinar da Moradia Estudantil -CODIME; trabalho conjunto com a equipe pedagógica buscando a melhoria do ensino/aprendizagem; registro e acompanhamento da frequência do aluno nas aulas e ME; registro e acompanhamento do rendimento escolar do aluno; contato permanente com as famílias buscando inteirá-las do dia a dia do aluno residente; encaminhamento do aluno aos serviços oferecidos pela CAE de acordo com suas necessidades.

As experiências vividas na ME pelos jovens que dela usufruem, têm evidenciado nestes alunos, características como: responsabilidade, organização, respeito e tolerância às diferenças e tais características, por sua vez, enriquecem simultaneamente à formação humana e à formação profissional.

Logo, por ser esta uma instituição educativa, a modalidade de ME interna exige uma opção curricular que vai além da mera intencionalidade de formação técnica e/ou intelectual dispostas nas disciplinas e conteúdo do ensino. Ela desenvolve e aprimora a inteligência emocional daqueles que nela vivem, sendo de suma importância que esteja engajada em um projeto político pedagógico comprometido com a formação humana e cidadã, o qual imprimirá o rumo das práticas pedagógicas em todos os âmbitos da escola.

Pode-se concluir que as experiências que os residentes adquirem em suas vivências na ME possibilitam a construção de valores e alcançam uma formação que, além do estabelecido no currículo, contemplam a formação humana e cidadã. Ressalta-se que o ser humano só pode alcançar essa completude ao se reconhecer enquanto produtor e produto das suas relações sociais.

Todavia, essa formação emancipatória se limita pelo contexto do sistema capitalista, daí a suma importância da ME para aqueles que necessitam e podem se beneficiar dela, cabendo a nós, enquanto cidadãos e enquanto sociedade, uma postura crítica, questionadora, revolucionária e efetiva. É necessário e urgente o fomento de investimentos nesses espaços, especialmente no que tange aos aspectos estruturais, com vistas a diminuir as dificuldades enfrentadas pelos moradores.

Assim conclui-se que a contribuição das ME possui grande influência no enriquecimento da vivência acadêmica dos discentes, sendo necessária a adoção de medidas que levem em conta e valorizem o imenso potencial de formação existente nestes espaços, propiciando assim fortes contribuições para a formação integral dos estudantes.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **O manifesto dos pioneiros da educação nova** (1932). Disponível em: <http://inep80anos.inep.gov.br/inep80anos/passado/manifesto-dos-pioneiros-da-educacao-nova1932/143#:~:text=O%20Manifesto%20dos%20Pioneiros%20da,iguais%20possibilidades%20de%20aprendizagem%20e>. Acesso em: 20 mar. 2024

BRASIL. **Constituição da República Federal do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 mar. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 11.785**, de 20 de novembro de 2023. Institui o Programa Federal de Ações Afirmativas. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11785.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2011.785%2C%20DE%20Programa%20Federal%20de%20A%C3%A7%C3%B5es%20Afirmativas. Acesso em: 16 mar. 2024.

BRASIL. **Decreto 7.234** de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm: Acesso em: 15 mar. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 6.040**, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 15 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 14 mar. 2024.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio**: Documento Base. Brasília: 2007. Disponível http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf Acesso em: 15 mar. 2024.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais gerais da educação básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/junho-2013-pdf/13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013>. Acesso em: 18 mar. 2024.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei 9.394**, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 18 mar. 2024.

Clavatta, M. O Ensino Integrado, a Politecnia e a Educação Omnilateral. Por que lutamos? **Trabalho & Educação**, v. 23, n. 1, p. 187-205, 2014.

Chiarato, D. **Faculdades públicas com moradia gratuita ou subsidiada**. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/conheca-faculdades-publicas-com-moradia-gratuita-ou-subsidiada>. Acesso em: 21 ago. 2023.

Craveiro, C. B. A. et al. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica: diversidade e inclusão**. 2013.

Garrido, E. N.; Mercuri, E. N. G. S. A moradia estudantil universitária como tema na produção científica nacional. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 17, 2013.

Gerhardt, T. E.; Silveira, D. T. **Métodos de pesquisa**. Plageder, 2009.

Herlinger, R.; Ferreira, R. **Análise das principais políticas de inclusão de estudantes negros no ensino superior no Brasil no período 2001-2008**. Brasília, IDP, 2011/2012.

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Histórico IFMG 2023**. Disponível em: <https://www.bambui.ifmg.edu.br/portal/a-instituicao>. Acesso em: 12 jul. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS. Coordenadoria de Assuntos Estudantis. **Instrução Normativa nº 9** de 13 de dezembro de 2021. Regulamento da Moradia Estudantil, 2021. Disponível em: https://www.bambui.ifmg.edu.br/portal/images/PDF/CAE/Regulamentos/Instru%C3%A7%C3%A3o_Normativa_9.pdf. Acesso em: 12 mar. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS. Diretoria de Desenvolvimento Institucional. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2019-2023** Disponível em <https://www.ifmg.edu.br/portal/diretoria-de-desenvolvimento-institucional-ddi/pdi2/arquivo-pdi-2019-2013/pdi-2019-20231> Acesso em 18 mar. 2024.

Minayo, M. C. S. (Org.). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 2014. 408 p.

Pestana, S. F. P. Afinal, o que é educação integral. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 9, n. 17, p. 24-41, 2014. Acesso em: 12 jul. 2023.

SILVA, E. V. N. **Políticas de inclusão de negros na educação: O dilema das Cotas.** Disponível em: http://www.sociologia.ufsc.br/npms/eva_vn_da_silva.pdf. Acesso em: 12 jul. 2023.

SOUSA, A. C. A. **Políticas de ações afirmativas de cotas raciais na Universidade de Brasília e os seus efeitos no mercado de trabalho.** 2022.